



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO E TOMADA DE CONTAS

Processo Administrativo nº 3844/2025 PLC 004/2025

Ementa: Acrescenta dispositivo na Lei n.º 2.521/2002.

Autor: Poder Executivo Municipal

Relator: Vereador Vilson Jaguareté

1 – RELATÓRIO

A Comissão de Economia, Finanças, Fiscalização e Tomada de Contas, no uso de suas atribuições regimentais, apresenta o presente parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 004/2025, protocolizado no dia 11/09/25, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que acrescenta dispositivo na lei n.º 2.521/2002, que propõe a inclusão dos artigos 322-A e 322-B no Código Tributário Municipal (Lei nº 2.521/2002), regulamentando o instituto da Compensação Tributária no âmbito da Fazenda Pública Municipal.

O objetivo é permitir que valores a restituir ao contribuinte sejam compensados com débitos tributários municipais, inscritos ou não em dívida ativa, desde que líquidos e certos, de acordo com as disposições do Código Tributário Nacional (arts. 170 e 170-A).

Após a tramitação inicial, o projeto recebeu parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Câmara (Parecer nº 178/2025) e da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação (CCJ), que reconheceram sua constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa.

Compete agora à Comissão de Economia, Finanças, Fiscalização e Tomada de Contas pronunciar-se quanto aos aspectos econômicos, financeiros, orçamentários e fiscais, conforme art. 70, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Aracruz.

2 - MÉRITO DA COMISSÃO

Nos termos do artigo 70, inciso II, do Regimento Interno desta casa de leis, que aduz que à Comissão de Economia, Finanças, Fiscalização e Tomada de Contas compete a análise:

“Art. 70. Sem prejuízo do disposto no Art. 27, § 2º, da Lei Orgânica, compete:

II - À Comissão de Economia, Finanças, Fiscalização e Tomada de Contas, os aspectos econômicos e financeiros, e, especialmente:

a) Analisar aspectos econômicos e financeiros relativos a:





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1) A matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívida pública, anistias e remissões de dívidas e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do município, ou repercutem no patrimônio municipal;

2) Os projetos de plano plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e, privativamente, o projeto do orçamento anual e da prestação de contas do Prefeito Municipal e da Mesa da Câmara;

3) Todas as proposições que, quanto ao aspecto financeiro, concorram diretamente para aumentar ou diminuir a despesa, assim como a receita pública;

4) Todas as proposições decorrentes da competência prevista no artigo 40 da Constituição Estadual e artigo 84 da Lei Orgânica do município.

b) Solicitar a realização, pelo Tribunal de Contas do Estado, de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo e Executivo.”

Assim nesses termos, compete a esta Comissão a análise dos aspectos econômicos e financeiros, especialmente no que se refere a matéria tributária, também cabe a esta Comissão verificar a compatibilidade orçamentária e financeira das proposições com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e com os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

2.1 ANÁLISE

2.1.1. DA INICIATIVA

Do ponto de vista da iniciativa a proposta é formalmente adequada, por se tratar de matéria de competência privativa do Chefe do Poder Executivo (art. 30, parágrafo único, incisos I a IV, da Lei Orgânica Municipal).

Art. 30. *A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito e aos cidadãos, satisfeitos os requisitos estabelecidos nesta lei.*

Parágrafo único. São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

III - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, ressalvado o disposto no art. 22;

IV - criação e atribuições das Secretarias Municipais e Órgãos do Poder Executivo.

2.1.2. DO ENQUADRAMENTO LEGAL

O projeto está em consonância com o art. 170 do Código Tributário Nacional, que autoriza a compensação de créditos tributários nas condições que a lei estabelecer, observando o devido processo administrativo.

A proposição também respeita o art. 170-A do CTN, vedando a compensação de créditos tributários antes do trânsito em julgado de ações judiciais que os discutam, e estabelece prazos e condições para manifestação do contribuinte.

No plano local, a proposta altera a Lei nº 2.521/2002 (Código Tributário Municipal), de forma compatível com o art. 33-A da Lei Orgânica Municipal, que reserva à lei complementar as matérias de caráter estrutural do sistema tributário municipal.

Portanto, o projeto está corretamente veiculado por meio de lei complementar, dada sua natureza tributária e seu impacto direto sobre a estrutura do sistema de arrecadação.

2.1.3. DA ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A instituição da compensação tributária não cria nem amplia tributos e tampouco implica aumento de despesa pública. Pelo contrário, a medida tende a gerar eficiência administrativa e economia de recursos, reduzindo a necessidade de restituições em espécie e melhorando o controle sobre créditos e débitos fiscais.

Sob a ótica da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente os arts. 16 e 17, a proposição não configura criação ou ampliação de despesa obrigatória de caráter continuado, tampouco impacta negativamente as metas fiscais do Município.

A compensação tributária é um instrumento de gestão fiscal equilibrada, pois racionaliza o fluxo financeiro entre crédito e débito tributário, evitando desembolsos desnecessários e reforçando a arrecadação líquida.

2.1.4. DA COMPATIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FISCAL

O projeto é compatível e adequado às normas orçamentárias em vigor, demonstra plena compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2022-2025 (Lei Municipal nº 4.432/2021), a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2025 (Lei Municipal nº 4.722/2024) e





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

a Lei Orçamentária Anual – LOA 2025 (Lei Municipal nº 4.750/2024), instrumentos que norteiam o planejamento e a execução orçamentária do Município de Aracruz.

A LDO 2025, em seu art. 3º, inciso IV, estabelece como eixo estratégico de governo “Aracruz com gestão planejada, eficiente e humanizada” (Lei 4.722/2024 – LDO 2025). Essa diretriz confirma a prioridade dada à eficiência administrativa e à modernização da gestão pública, princípios que o projeto de lei em exame concretiza ao propor mecanismos de compensação tributária mais racionais e tecnológicos.

No mesmo sentido, a LOA 2025 (Lei 4.750/2024) contém dotações orçamentárias específicas destinadas à Secretaria Municipal de Finanças, notadamente para as ações “Modernização e Aperfeiçoamento da Administração Tributária”, “Implantação e Manutenção dos Sistemas Informatizados” e “Fortalecimento das Finanças Públicas”, conforme demonstrado no Anexo VI – Demonstrativo da Despesa por Programa de Trabalho da própria LOA. Tais programas evidenciam o compromisso municipal com a atualização tecnológica, a gestão fiscal responsável e a otimização dos processos de arrecadação.

Por fim, o PPA 2022-2025 (Lei 4.432/2021) consolida essas ações em seu eixo de “Gestão Governamental”, incluindo o Programa 2031 – Modernização e Aperfeiçoamento da Administração Tributária, o que reforça a continuidade do investimento em instrumentos de eficiência e controle das finanças públicas.

Dessa forma, resta comprovado que a presente proposição encontra respaldo expresso nas metas e programas das peças orçamentárias vigentes, especialmente quanto às ações voltadas à modernização e à eficiência da administração tributária municipal.

Por seu caráter de ajuste procedimental, a medida contribui para a melhoria do controle fiscal, assegurando a observância dos princípios da legalidade, economicidade e eficiência previstos no art. 37 da Constituição Federal.

3 – CONCLUSÃO E VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, esta Comissão de Economia, Finanças, Fiscalização e Tomada de Contas entende que o Projeto de Lei Complementar nº 004/2025 atende aos aspectos econômicos, financeiros, orçamentários, estando em conformidade com a legislação vigente. Assim, opina favoravelmente pela sua aprovação.

Mônica de Souza Pontes
Cordeiro

Renato Pereira Sobrinho
Presidente da Comissão de

Vilson Benedito de Oliveira
Membro da Comissão de



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>
Rua Professor Lobo, 130 Centro, Aracruz/ES - CEP: 29.190-910 - CNPJ: 39.616.891/0001-40
com o identificador: 330039003900330030003A00540052004100. Documento assinado digitalmente
Tel.: (27) 3256-9457 Site: www.aracruz.es.leg.br e-mail: gabinete@aracruz.es.leg.br
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Membro da Comissão de
Economia, Finanças,
Fiscalização e Tomada de
Contas

Economia, Finanças,
Fiscalização e Tomada de
Contas

Economia, Finanças,
Fiscalização e Tomada de
Contas

Sala de comissões da Câmara Municipal de Aracruz, 05/11/2025.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 330039003900330030003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **MÔNICA DE SOUZA PONTES** em 05/11/2025 16:52

Checksum: **45EBF766928B5D575B9CBECCDB437B2027BDB4C33771862A95657F4619F20364**

Assinado eletronicamente por **RENATO PEREIRA SOBRINHO** em 10/11/2025 12:51

Checksum: **5B82239CC2AE7870DF5AE8648835C1C5B6480127DCB7D1FCCA82E4FA2E76C445**

